

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.737 - AM  
(2019/0284468-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE : ADRIANA MARQUES DA SILVA DE CARVALHO**  
**EMBARGANTE : ÂNGELA JESUS MARQUES DA SILVA**  
**EMBARGANTE : ANA INEZ MARQUES DA SILVA**  
**ADVOGADOS : FERNANDO JOSE GONÇALVES ACUNHA - DF021184**  
**TARLEY MAX DA SILVA - DF019960**  
**LUCAS VIANNA KAUFFMANN DO NASCIMENTO - DF059602**  
**EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
**MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA E OUTRO(S) - DF027904**  
**NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - AM000598A**  
**Rafael Sganzerla Durand - AM000737A**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Adriana Marques da Silva de Carvalho e outros em face da seguinte decisão:

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INVENTÁRIO NEGATIVO. HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Merece ser desprovido o apelo tendo em vista que, diante de inadimplemento contratual, o apelado teve de propor a execução, pelo que a superveniente morte do devedor não retira tal constatação.

Assim sendo, diante de inventário com resultado negativo, a desistência por parte do exequente mostrou-se medida razoável e não deve ser penalizada com condenação em honorários advocatícios, eis que não deu causa à propositura da ação.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 85 e 90 do Código de

Processo Civil.

A presidência do Tribunal local, verificando o recolhimento deficitário do preparo, determinou à parte a complementação.

Leia-se o excerto da referida decisão presidencial:

"Consignado, por meio do despacho de fl. 13, a ausência das custas judiciais referente ao TJAM, nos termos da Resolução n. 010/2017 e determinada a intimação da parte recorrente para realizar a complementação do preparo recursal, no prazo de 5 (cinco) dias, esta ficou-se inerte (fls. 15 a 16)" (e-STJ, fl. 250).

Transcorrendo *in albis* o prazo dado, não se admitiu o recurso, vindo a esta Corte a agravante por meio do presente agravo, afirmando o cumprimento da determinação e juntando o comprovante das custas complementares.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Esta Corte tem entendimento de que, uma vez determinada à parte que comprove a complementação do preparo, não se admite que venha, após o prazo legal, apresentar a referida comprovação.

Assim:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREPARO INSUFICIENTE. COMPLEMENTAÇÃO INTENPESATIVA. DESERÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. No ato de interposição do recurso, deverá ser comprovado o preparo, sob pena de deserção. Na insuficiência do valor, o recorrente será intimado para supri-lo em cinco dias.

2. Após a intimação para complementar o preparo, o decurso do prazo e a inércia do recorrente justificam a aplicação da penalidade (art. 1.007, § 2º, do CPC/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1125510/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Afirmam que a decisão é omissa, porquanto não examinou a aplicação ao caso concreto do entendimento firmado nos autos do AREsp 643.116/PR, de minha

relatoria.

Pede o acolhimento do recurso.

Impugnação do agravado pela inadequação da via eleita.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A decisão embargada, como se lê, deu pela deserção do recurso porque, embora intimada a parte para complementar as custas, deixou transcorrer o prazo dado, afirmando ter cumprido a determinação no agravo contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O acórdão invocado pela recorrente afirmou, examinando questão à luz do revogado Código de Processo Civil, que a parte pode comprovar o recolhimento do preparo posteriormente.

Leia-se a ementa:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA. TUTELA ANTECIPADA DETERMINANDO EXPEDIÇÃO DE BOLETO PARA QUITAÇÃO DE DÍVIDA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. VALOR EXCESSIVO. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. PREPARO. RECOLHIMENTO TEMPESTIVO. JUNTADA POSTERIOR DE COMPROVANTE. POSSIBILIDADE. DESERÇÃO AFASTADA.

1. É possível a redução do valor da multa fixada por descumprimento de decisão judicial quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade, moderação e proporcionalidade ou quando se tornar exorbitante, caso dos autos. Precedentes.

2. Comprovado que o preparo foi efetuado tempestivamente, não enseja a aplicação da pena de deserção a juntada tardia do comprovante de recolhimento. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 643.116/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016)

Nada há no referido acórdão quanto à ocorrência da preclusão temporal, porquanto a parte não cumpriu a determinação judicial no prazo dado.

É evidente, portanto, a ausência de semelhança entre os casos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os recorrentes, portanto, insatisfeitos com a decisão ora embargada, servem-se de via sabidamente inadequada para buscar a reforma do julgado.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. PRECEDENTES. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ART. 20, § 4º, DO CPC/73. SÚMULA 83/STJ. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1270321/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/3/2020, DJe 17/3/2020)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora